

## **PRÊMIO MELHORES PRÁTICAS**

**Editais nº 02/2018**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º.** O presente Edital trata das normas que regerão o Prêmio Melhores Práticas – Edição 2018, instituído pela Deliberação TCE-RJ nº 237/2006, alterada pela Deliberação TCE- RJ nº 242/2007, a ser realizado pela Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - ECG/TCE-RJ.

### **DO TEMA**

**Art. 2º.** Instituído com o objetivo de reconhecer e disseminar práticas inovadoras, que tenham resultado em melhorias efetivas de desempenho nas ações implementadas pela administração pública municipal, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o Prêmio Melhores Práticas – Edição 2018 avaliará relatos de casos práticos que versem sobre o tema “**Transparência e Controle Social**”.

**Parágrafo único – Os relatos deverão contemplar um dos itens elencados na ementa do Anexo I.**

### **DOS PARTICIPANTES**

**Art. 3º.** Podem participar do Prêmio Melhores Práticas – Edição 2018 todos os órgãos e entidades da administração pública municipal, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, cujo(s) responsável(eis) pelos respectivos relatos tenham, necessariamente, participado diretamente da prática de gestão relatada, com exceção das vedações previstas no § 6º do art. 2º da Deliberação TCE nº 237/2006, com a redação dada pela Deliberação TCE-RJ nº 242/2007.

## **DAS INSCRIÇÕES**

**Art. 4º.** Os relatos dos casos práticos, em número máximo de 05 (cinco) por remetente, referentes ao tema descrito no artigo 2º do presente Edital, devem ser entregues no horário das 10h às 17h, até o dia **27 de julho de 2018**, na secretaria da Escola de Contas e Gestão – ECG/TCE-RJ, situada na rua da Constituição nº 44 – Centro – Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.060-010, ou enviados por SEDEX endereçado ao aludido endereço, respeitado o mesmo período e horário, sob pena de exclusão do certame.

**Parágrafo único.** Será considerada como data da entrega dos relatos a da postagem ou a do recebimento na Escola de Contas e Gestão – ECG/TCE-RJ.

**Art. 5º.** Para efeito de habilitação, a instituição concorrente deverá enviar a folha de inscrição e o(s) respectivo(s) relato(s) em envelopes separados, lacrados e identificados, na parte externa, com os seguintes e exclusivos dizeres:

**ENVELOPE “A” – FOLHA DE INSCRIÇÃO PARA FASE DE HABILITAÇÃO;  
ENVELOPE “B” – RELATO(S) PARA A FASE DE JULGAMENTO.**

**§ 1º.** O envelope “A” deverá conter a folha de inscrição, que especificará o título do relato; nome completo do(s) responsável(eis) pelo relato (que deverá(ão) ter participado diretamente da prática de gestão relatada); cópia do(s) documento(s) de identidade do(s) responsável(eis) pelo relato; endereço completo do(s) responsável(eis) pelo relato; órgão ou entidade municipal a que se refere o relato; telefones (fixo e celular) e e-mail do(s) responsável(eis) pelo envio do relato. A folha de inscrição encontra-se no anexo único deste Edital.

§2º. O envelope “B” deverá conter o relato da prática que, se habilitado pela Comissão de Habilitação Preliminar, com base na documentação constante do envelope “A”, será encaminhado à Comissão Julgadora.

§ 3º. É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO POR LOGOMARCA OU QUALQUER OUTRO MEIO QUE IDENTIFIQUE A INSTITUIÇÃO, **NA PARTE EXTERNA DOS ENVELOPES “A” E “B”**, SOB PENA DE INABILITAÇÃO DO RELATO.

§ 4º. No caso de envio de relato por SEDEX, a instituição concorrente deverá nele incluir os envelopes “A” e “B” juntos, na forma prevista no artigo 5º do presente Edital.

**Art. 6º.** Os originais devem conter o mínimo de 15 (quinze) e o máximo de 30 (trinta) páginas, devidamente numeradas e em 04 (quatro) vias, digitados em um único lado da folha de papel, sob pena de desclassificação.

**Parágrafo único.** Além das 04 (quatro) vias impressas previstas no *caput* deste artigo, o Envelope “B” deverá conter 04 (quatro) versões digitalizadas em “CD-ROM”, observadas as exigências contidas no § 2º do art. 5º deste Edital.

### **DAS COMISSÕES**

**Art. 7º.** Os relatos a serem indicados ao Prêmio de que trata este Edital serão examinados pelas seguintes comissões:

**I - Comissão de Habilitação Preliminar**, prevista na alínea “a” do art. 2º da Deliberação TCE-RJ nº 237/2006, é formada por membros da Comissão de Estudos e Pesquisas da ECG/TCE-RJ – COPEP e será constituída, nesta versão, por **Rosa Maria Chaise** que exercerá a sua Presidência; **Sergio Lino da Silva Carvalho** e **Eduardo dos Santos Guimarães**.

**II - Comissão Julgadora**, prevista na alínea “b” do art. 2º da Deliberação TCE-RJ nº 237/2006, é formada por profissionais de notório conhecimento e atuação na área pertinente ao tema do Prêmio, sendo, nesta versão, composta pelos avaliadores **Marcelo Paluma Ambrózio**, **Márcio Emmanuel Pacheco** e **Fernando Guilherme Tenório**, a quem caberá:

- a) apreciar, preliminarmente, os relatos habilitados, sob o aspecto material;
- b) selecionar os 10 (dez) relatos mais bem avaliados, de acordo com os parâmetros e critérios previstos no Edital, para verificação *in loco* pela Equipe Técnica Multidisciplinar; e
- c) elaborar relatório final indicando os relatos a serem certificados.

**III - Equipe Técnica Multidisciplinar** é composta por 03 (três) membros, sendo 01 (um) servidor membro da Comissão de Estudos e Pesquisas – COPEP ou da própria ECG/TCE-RJ e 02 (dois) técnicos da Secretaria-Geral de Controle Externo - SGE do TCE-RJ, que visitarão os órgãos cujas práticas forem selecionadas, para averiguar os aspectos mais significativos identificados pela Comissão Julgadora e os resultados alcançados, elaborando relatório que embasará a avaliação final da Comissão Julgadora.

## DA HABILITAÇÃO PRELIMINAR

**Art. 8º** - A **Comissão de Habilitação Preliminar** fará a avaliação, sob o aspecto formal, do preenchimento dos requisitos objetivos previstos no Edital para a participação do(s) candidato(s) no certame, concluindo ou não pela habilitação dos relatos e encaminhamento ou não do(s) mesmos à Comissão Julgadora.

**Parágrafo único.** Os relatos deverão ser entregues pela Comissão de Habilitação Preliminar à Comissão Julgadora até o dia **17 de agosto de 2018**.

## DA AVALIAÇÃO PRÉVIA

**Art. 9º.** A **Comissão Julgadora** avaliará previamente os relatos aprovados na habilitação preliminar e, nessa avaliação, considerará os seguintes aspectos do relato, atribuindo-lhe a respectiva pontuação:

- a) pertinência temática;
- b) criatividade e inovação (originalidade da prática e capacidade inventiva de resolução de problemas);
- c) conteúdo, abrangendo a descrição da prática e de seus objetivos iniciais;
- d) aplicabilidade (demonstração da efetiva melhoria dos resultados alcançados, avaliados, preferencialmente, por meio de metas e indicadores, com exposição da metodologia utilizada);
- e) clareza na descrição do relato;
- f) tempo de utilização e seus impactos no público beneficiado pela sua adoção;
- g) metas e resultados alcançados, comprovados documentalmente;
- h) repercussão e possibilidade de replicação da prática;
- i) alcance social.

**Art. 10.** A **Comissão Julgadora** selecionará até **10** relatos com melhor avaliação, entre os dias **20 de agosto de 2018 a 24 de agosto de 2018**, os quais serão objeto de verificação *in loco*, a ser realizada entre **11 de setembro de 2018 a 26 de outubro de 2018**, pela equipe técnica multidisciplinar referida na forma do inciso III do art. 7º deste Edital, que verificará a veracidade das práticas de acordo com os parâmetros estabelecidos.

**Parágrafo único.** Cabe à **Comissão Julgadora** indicar, em cada um dos 10 (dez) relatos selecionados, os principais aspectos a serem conferidos pela Equipe Técnica Multidisciplinar.

### **DA VERIFICAÇÃO IN LOCO**

**Art. 11.** A verificação *in loco* consiste em visita técnica realizada nos locais onde foram implantadas as práticas relatadas, em data previamente marcada com os responsáveis pelos relatos, com o objetivo de verificar os principais aspectos determinados pela Comissão Julgadora quanto à pertinência das informações, utilizando-se de entrevistas, análise documental, e outros métodos necessários à avaliação.

§ 1º. As visitas técnicas serão realizadas mediante agendamento prévio entre a Equipe Técnica Multidisciplinar e os respectivos responsáveis pelos relatos;

§ 2º. Os resultados das verificações da equipe técnica serão objeto de relatório a ser encaminhado à Comissão Julgadora.

## DA AVALIAÇÃO FINAL

**Art. 12.** A avaliação final da **Comissão Julgadora** utilizará a pontuação dada quando da avaliação prévia, nos termos do art. 9º, e os resultados da verificação *in loco*, realizada pela Equipe Técnica Multidisciplinar.

**Parágrafo único.** Não verificada a veracidade do relato, pela Equipe Técnica Multidisciplinar, ele será automaticamente desclassificado.

**Art. 13.** O prazo para o julgamento dos relatos pela Comissão Julgadora encerra-se no dia **23 de novembro de 2018** e a homologação dos resultados será divulgada a partir desta data.

## DA PREMIAÇÃO

**Art.14.** A premiação será constituída de certificado concedido às instituições concorrentes responsáveis pelos 10 (dez) melhores relatos selecionados pela Comissão Julgadora, além da publicação dos respectivos relatos em qualquer mídia da Escola de Contas e Gestão - ECG/TCE-RJ.

## DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E DA ENTREGA DOS PRÊMIOS

**Art. 15.** A divulgação do resultado do Prêmio Melhores Práticas – Edição 2018 será realizada em sessão pública e solene, ocasião em que serão entregues os certificados aos representantes das instituições que adotaram as melhores práticas selecionadas.

§ 1º. O resultado do Prêmio Melhores Práticas – Edição 2018 será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e estará disponível na página eletrônica [www.ecg.tce.rj.gov.br](http://www.ecg.tce.rj.gov.br), a partir da homologação pelo Conselho Superior da ECG.

§ 2º. Os certificados permanecerão disponíveis na sede da ECG/TCE-RJ, durante o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da solenidade de entrega dos prêmios, caso os representantes das instituições selecionadas não compareçam à solenidade de entrega do Prêmio Melhores Práticas – Edição 2018, ou não enviem procurador legalmente habilitado para o recebimento dos respectivos certificados.

§ 3º. Após o decurso do prazo indicado no parágrafo anterior, os respectivos certificados poderão ser destruídos.

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 16.** As avaliações realizadas pelas Comissões referidas nos incisos I e II do artigo 7º deste Edital são recorríveis na forma prevista na Deliberação TCE-RJ nº 237/2006.

**Art. 17.** Os direitos autorais sobre os relatos referentes às melhores práticas pertencem às respectivas instituições.

§ 1º. Além da publicação prevista no art. 15 deste Edital, a Escola de Contas e Gestão - ECG/TCE-RJ reserva-se a prerrogativa de divulgar, por qualquer meio, as práticas selecionadas.



§ 2º. Os relatos concorrentes ao Prêmio Melhores Práticas – Edição 2018 não habilitados, desclassificados e/ou não vencedores ficarão disponíveis na sede da ECG/TCE-RJ, durante o prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da solenidade de entrega dos certificados, para a retirada pelos representantes das respectivas instituições ou procurador legalmente habilitado para tanto.

**Art. 18.** A participação no concurso implica aceitação, por parte dos concorrentes, de todas as exigências do Edital e o não cumprimento de quaisquer dessas exigências acarretará a desclassificação do concorrente.

**Art. 19.** A premiação das melhores práticas não representa, em hipótese alguma, certificação de idoneidade da instituição premiada perante o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro ou, ainda, o posicionamento do Plenário do Tribunal em relação às mesmas.

**Art. 20.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Superior da ECG/TCE-RJ.

**Art. 21.** Este Regulamento entra em vigor na data da publicação.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2018.

**MARIANNA MONTEBELLO WILLEMANN**  
Presidente do Conselho Superior da ECG/TCE-RJ

## ANEXO I

### EMENTA

#### **Transparência e Controle Social**

Disseminar conhecimentos e melhores práticas relacionadas às temáticas da Transparência e do Controle Social, visando contribuir, ainda, com o processo de conscientização da sociedade em busca de maior participação e controle social da administração pública. Instrumentalizar a sociedade civil, por meio da divulgação das melhores práticas, para que possa atuar de forma consciente e participativa junto à gestão pública. Inspirar iniciativas e práticas semelhantes em organizações públicas. Assuntos específicos e possíveis áreas de concentração dos relatos de melhores práticas relacionados aos grandes temas Transparência e Controle Social: Lei Complementar nº 131/2009 – Lei do Portal da Transparência; Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação; Prestação de contas para o segmento social; Boas práticas de transparência na Internet; *Accountability*; A Responsividade, a Responsabilidade e a Transparência na Gestão Pública; O papel dos conselhos de políticas públicas.

## ANEXO II

### PRÊMIO MELHORES PRÁTICAS – EDIÇÃO 2018

#### FOLHA DE INSCRIÇÃO

Título do Relato:

---

---

Nome(s) Completo(s) do(s) Responsável(eis) pelo relato:

---

---

---

Documento(s) de Identidade:

---

---

---

**(juntar cópia simples)**

Endereço Completo do(s) Responsável (eis) pelo relato:

---

---

---

Órgão ou Entidade a que se refere o relato: \_\_\_\_\_

Telefone(s) fixo(s): \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_

Celular(es): \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_

Email(s): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

O subscritor da presente está ciente de que o relato da prática, caso seja classificada, passará a fazer parte do acervo literário da ECG/TCE-RJ e poderá ser ou não publicada com o selo ou logomarca da ECG/TCE-RJ e da instituição conveniada, de acordo com a conveniência, oportunidade e interesse de ambas, na forma do art. 4º da Deliberação nº 237/06.

\_\_\_\_\_  
**Local e data**

\_\_\_\_\_  
**Assinatura(s)**

### ANEXO III

<b>PRÊMIO MELHORES PRÁTICAS – EDIÇÃO 2018 RELATO DA PRÁTICA</b>
Este documento tem como principal objetivo dar uma orientação geral ao autor com relação à estruturação de relatos de experiência profissional.
<b>1. TÍTULO DA PRÁTICA;</b>
<b>2. DATA DA PRÁTICA;</b>
<b>3. BREVE RELATO DA SITUAÇÃO ANTERIOR QUE MOTIVOU A IMPLEMENTAÇÃO DA PRÁTICA;</b>
<b>4. IDENTIFICAÇÃO DA INTEGRAÇÃO DE SETORES E PARCEIROS, SE HOUVER, DE NOVOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS;</b>
<b>5. PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS (METODOLOGIA UTILIZADA, ABRANGÊNCIA TERRITORIAL, NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DIRETOS E INDIRETOS, OUTROS CONTEÚDOS IMPORTANTES PARA A COMPREENSÃO DA PRÁTICA);</b>
<b>6. ALCANCE DA INICIATIVA, RESULTADOS E IMPACTOS (DESCRIÇÃO DAS CONDIÇÕES, AÇÕES E OPORTUNIDADES QUE FAVORECERAM A IMPLEMENTAÇÃO DA PRÁTICA;</b>
<b>7. OUTROS PONTOS A SEREM CONSIDERADOS (OPCIONAL);</b>
<b>8. REGISTRO FOTOGRÁFICO (APRESENTAÇÃO VISUAL EM FOTOGRAFIA OU OUTRO RECURSO AUDIOVISUAL (OPCIONAL)).</b>